

Professores reafirmam importância do reajuste de 7,66%

Reunidos em assembleia, no dia 9/3, os professores da PUC-SP tomaram conhecimento das tratativas que vêm sendo realizadas para equacionar a dívida decorrente do não pagamento de 2005. A professora Bia Abramides relatou a reunião ocorrida em 8/3 entre Fundação São Paulo, Reitoria, Sinpro-SP e APROPUC. Nesse encontro a Fundação ressaltou novamente as dificuldades que a instituição tem para honrar o acordo de 2005.

Não faltaram colocações por parte do reitor Dirceu de Mello e do padre Rodolpho Perazzollo, afirmando que o pagamento integral do índice de 7,66% poderia provocar uma reorganização da universidade, em que estariam embutidas demissões e alterações para pior no contrato de trabalho. A APROPUC e o Sinpro-SP discordaram de tais argumentos, afirmando que essas projeções refletem exclusivamente uma lógica racionalista que baseia-se nas pers-

pectivas do atual modelo de universidade.

Os professores mostraram aos gestores a importância do pagamento integral do índice de reajuste, pois o pagamento de parte da dívida poderia trazer um alívio momentâneo ao docente, mas que em médio prazo representaria uma perda muito grande na sua base salarial. Ao final do encontro, ficou previsto que a Fundação e a Reitoria farão um estudo prevendo o impacto do pagamento integral dos 7,66%, encaminhando uma nova proposta aos professores, semelhante àquela que foi feita logo no início da atual discussão. Que previa o pagamento parcelado, mas integral, do índice de reajuste.

Na assembleia, os professores também ressaltaram a impossibilidade de misturar-se a discussão da atual dívida com o debate sobre o novo acordo interno de trabalho. Dessa maneira a APROPUC irá chamar uma assembleia para o dia 18/3, quinta-feira, para debater unicamente as ques-

tões do acordo interno, enquanto que paralelamente discutirá com a Fundação e

a Reitoria uma nova proposta para o pagamento da dívida e do índice de 7,66%.

Porque os professores reivindicam a integralidade do reajuste de 2005

A dívida da universidade com os seus docentes hoje é muito grande, chega a atingir aproximadamente 5 salários de cada professor (veja detalhamento na página 4), por isso quando os gestores apresentam uma proposta de pagamento de 60% desse montante corre-se o risco da aceitação pura e simples desses valores, pois eles representariam hoje uma quantia razoável no bolso dos docentes.

Porém a categoria vem insistindo no pagamento integral do índice, pois só desta forma, a médio e longo prazo, os docentes poderão ter uma garantia de recuperação plena de seu patamar salarial. Só para se ter uma ideia, a perda mensal que um auxiliar de ensino tem com o não pagamento dos 7,66%, aproxima-se hoje de R\$ 500. Isso leva-nos à conclusão de que, em 3 anos, o que o professor deixaria de ganhar com a in-

corporação dos 7,66% alcançaria os mesmos valores que hoje estão sendo oferecidos pela Fundação e Reitoria como pagamento da dívida. Em contrapartida teríamos um aumento irrisório de 1%, esquecendo-se os restantes 6,66%.

Outra preocupação docente é com o pagamento daqueles docentes que, a partir de agora, forem demitidos pela universidade. No entendimento da APROPUC estes docentes devem receber, no ato da rescisão, todo o valor acumulado de sua dívida.

Por estes motivos os docentes fazem questão de esclarecer que sua luta não é calcada em nenhum tipo de intransigência, mas reflete a disposição de recompor a sua base salarial, numa época em que os trabalhadores da PUC-SP sofrem com a maximização e as baixas condições de trabalho a que são expostos cotidianamente.

18/3
quinta-feira

17h30

Sede da APROPUC

**ASSEMBLEIA
DOS PROFESSORES**

Acordo Interno de Trabalho

EDITORIAL

Arquivos da ditadura e direitos humanos

Poucos são aqueles que hoje reivindicam abertamente a ditadura militar e justificam seu terror contra as organizações de esquerda, os sindicatos e o movimento camponês. O máximo que seus defensores fazem é defendê-la com o argumento que houve excesso tanto dos militares quanto da esquerda armada. Essa é posição imperante entre os partidos políticos, membros de governos, juristas e provavelmente entre os militares.

A história do golpe militar e da resistência à ditadura é reduzida pela conta que tudo iguala. Mas no âmbito do próprio Estado há posições que acreditam que a verdade pode ser reconstituída de forma que o desempate se converta em justiça. A tese é de que o Estado sob a forma de regime militar é responsável pela vida dos presos políticos que foram torturados e assassinados, em muitos casos resultando em desaparecimento por ocultação dos corpos.

Transcorridos quase trinta anos do fim da ditadura e da Lei da Anistia, ossadas foram descobertas, alguma identificação se fez e um e outro algoz foi reconhecido. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Secretaria dos Direitos Humanos, vem se aventando a necessidade de os militares entregarem os arquivos da ditadura, para fins históricos. O Estado Maior das Forças Armadas simplesmente desconhecera a aspiração "democrática" de setores estatais encarregados dos direitos humanos e de movimentos civis via de regra preocupados em obter reparos morais e financeiros.

Sob o governo Lula, recrudescer a aspiração e se avançou com as indenizações. Os militares não se importaram em o Estado despende recursos com as indenizações, embora achassem que os militares e policiais que morreram também mereciam igual recompensa. Afinal, a moeda é expressão de valor e medida para tudo no capitalismo. Não podemos saber se aqueles que morreram por convicção estariam de acordo em participar dos reparos morais e financeiros. Muitos que sobreviveram à luta

armada contra o regime militar não tiveram esse problema de convicção. Mas é assim que a questão do terror de Estado dos vinte anos de ditadura foi colocada como denominador comum da verdade.

Quanto a apresentar os documentos, não havia porque criar tensões. Os chefes militares simplesmente responderam à Secretaria de Direitos Humanos que foram queimados. Mas não apresentaram a comprovação exigida por lei. Agora, entregaram mais de 50 mil documentos. Primeiro, os generais desconhecera; depois mentiram e, finalmente, explicaram que estavam perdidos. Na mesma circunstância, 600 pastas e caixas foram encontradas no arquivo secreto do Deops de Santos. Os dossiês foram entregues aos cupins. Mas como isso pôde acontecer, se devia ser entregue há muito ao arquivo do Estado? Segundo o jornal *Estado de S. Paulo*, o delegado que manteve escondido o arquivo foi acusado de ter participado de sessões de tortura do jornalista Vladimir Herzog.

Imaginem quantos documentos não foram queimados ou desviados para arquivos particulares dos agentes da repressão? Ninguém é responsável. As Forças Armadas são impenetráveis, indefasáveis, constituem-se em uma instituição acima do Estado.

Alguém de sã consciência pode acreditar que o Estado de Direito irá revelar onde foram ocultados os corpos dos opositores executados? Pode acreditar que pelo menos os rostos dos torturadores e de seus mandantes serão expostos à luz do dia? Pode acreditar que haverá punição?

A causa dos documentos, dos torturados, mortos e desaparecidos pertence aos trabalhadores e à juventude comprometida com a luta contra toda forma de opressão. Que todos os documentos sejam imediatamente tornados públicos. Que se apresentem os responsáveis pela destruição e ocultação dos documentos. Que os torturadores e seus superiores sejam punidos por crime político. Que nenhum rosto se esconda por trás da Anistia.

Diretoria da APROPUC

Banheiros reformados no Prédio Novo apresentam problemas

A redação do *PUCviva* recebeu várias queixas de pessoas que se utilizam dos banheiros do Edifício Bandeira de Mello, reformados no início do semestre. Segundo os usuários foram detectados vazamentos em algumas unidades, além da ausência de materiais básicos como espelhos ou porta-toalhas. Em um deles um vazamento obriga diariamente que as funcionárias da Higilimp fiquem secando a água que ameaça inundar o espaço.

Ouvida pelo *PUCviva* a professora Márcia Alvim, diretora do campus Monte Alegre, afirmou que as obras dos novos banheiros ainda não estão concluídas. As mudanças que foram feitas com verbas do MEC, destinadas à modernização de estabelecimentos de ensino, deverá ser concluída nos próximos dias com a colocação de novos equipamentos.

PRÉDIO VELHO

Além disso, os banheiros do Prédio Velho hoje são alvos de queixa dos frequentadores daquele espaço. Problemas semelhantes aos que ocorriam no Prédio Novo, como vazamento e entupimentos, são constantes. A professora Márcia lembrou que já neste prédio a solução é mais complicada, pois depende de verbas, que ainda não estão disponibilizadas e autorização do patrimônio históri-

co para reformas, uma vez que o prédio é tombado.

Outra obra aguardada com ansiedade pela comunidade é o refeitório do quinto andar. Segundo a diretora de campus, a estrutura física do local já está concluída, faltando apenas a colocação de um novo mobiliário, que em parte será aproveitado da estrutura já existente e parte será comprada. No momento, a Reitoria está fazendo a cotação desses materiais, que deve ser aprovada pelo Conselho Superior de Administração (Consad).

CINGAPURA COM SALAS A MENOS

Outra obra que será executada proximamente será a remoção de duas salas de aula do prédio localizado no corredor da Cardoso de Almeida, "carinhosamente" chamado de Cingapura pelos estudantes da Faficla.

O edifício, desde a sua construção, vem sofrendo contestações dos moradores vizinhos por não obedecer à área de recuo prevista na legislação. Esses moradores venceram um processo judicial que obriga a PUC-SP a eliminar parte do lado posterior do prédio e, assim, duas salas do último andar (que ficam exatamente sobre a TVPUC) serão demolidas. A universidade entrou com um recurso para adiar para julho a demolição, para que as aulas naquele espaço não sejam interrompidas.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCviva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

Funcionários discutem Acordo Interno

No dia 10/3, foi realizada a assembleia dos funcionários administrativos da PUC-SP, que pautou o Acordo Interno e o Reajuste Salarial. A diretoria da AFAPUC relatou o encontro que teve com a Fundação São Paulo, no qual foram levados os encaminhamentos da assembleia de 2/3.

Assim, a categoria discutiu ponto a ponto as respostas da Fundação São Paulo para suas demandas.

A diretoria da AFAPUC relatou que espera assinar o novo Acordo Interno até o dia 24/3. Porém, a Fundação São Paulo negou que ele tenha validade de dois anos, como pediu a categoria. A Mantenedora explicou que isso não é possível, pois o TAC (Termo de Ajustamento e Conduta) prevê que os acordos internos tenham apenas um ano. Em votação apertada, a categoria aceitou que o Acordo Interno tenha validade de apenas um ano.

Depois, foi debatida a questão das bolsas de estudo. O pedido dos funcionários de serem sustentadas as duas bolsas de estudo, independente do histórico escolar, foi aceito pela Fundação. Outro ponto aceito pela Mantenedora foi que os pedidos de bolsa passem a ser encaminhados diretamente para o Departamento de Recursos Humanos (DRH), e não para as chefias ou setor de bolsas, o último cuidará apenas do aspecto acadêmico.

O pedido de supressão do termo área correlata, que impedia bolsas diferentes do setor do trabalho, não foi aceito. Porém, caso queira estudar em outra área, o funcionário deverá fazer um projeto e encaminhá-lo para a DRH

Também foi discutida a

questão das bolsas em caso de dispensa. A categoria pediu que a bolsa fosse mantida, caso o funcionário tivesse concluído 50% do curso. A Fundação não aceitou o pedido e ofereceu a continuidade da bolsa em casos de 2/3 de conclusão.

Em relação a áreas correlatas e bolsas em caso de dispensa, a plenária optou por pedir maiores esclarecimentos à Fundação São Paulo e não tomou posicionamento.

LICENÇA MATERNIDADE E AUXÍLIO ESCOLA

A diretoria da AFAPUC relatou que o pedido da categoria para que a licença maternidade passasse a ter duração de seis meses (e não quatro) não foi aceito pela Mantenedora. Porém, as mães adotivas serão inclusas na licença. A categoria decidiu incluir no texto de negociação, que a licença seja de acordo com a lei vigente, pois a legislação que regula licença maternidade para seis meses está prestes a ser aprovada.

Já a licença remunerada de 30 dias para casos de doenças de filhos e cônjuges foi aceita pela Fundação.

Foi esclarecido também que, mesmo sem a vigência de Acordo Interno, estão sendo aceitos os pedidos de Auxílio-Escola, e os possíveis gastos serão restituídos pela universidade.

Já em relação ao Reajuste Salarial, Francisco Cristovão, presidente da AFAPUC, relatou que o índice de reajuste do ICV-Dieese, que está para sair, devendo ficar entre 5 e 6%.

PROBLEMAS NA SAE

Algumas falas relataram o drama dos funcionários

da Secretária de Administração Escolar (SAE), principalmente durante o período de matrícula acadêmica. Foram relatados casos de exploração do trabalho, que vêm prejudicando os serviços da secretaria. Alguns funcionários ficam além do expediente, sem pagamento de horas extras.

Nesse momento, os presentes discutiram a necessidade da realização de mais trabalho de base, principalmente com os funcionários novos.

No dia seguinte à assembleia, 11/3, a diretoria da AFAPUC se reuniu com o secretário executivo da Fundação São Paulo. No encontro, foi tirada uma proposta de texto para o novo Acordo Interno. O texto será apresentado para a categoria na próxima assembleia, que acontece no dia 17/3, quarta-feira, às 14h, no auditório 333.

SOROCABA

Conforme noticiamos na última edição, os funcionários de Sorocaba receberam com apreensão a notícia de que o Acordo Interno de trabalho não valia mais. A assembleia chegou a levantar a possibilidade de uma manifestação da categoria caso a Mantenedora não negociasse. Após o contato com a Fundação, os dirigentes manifestaram a intenção de negociar um novo acordo e os funcionários do campus Sorocaba decidiram prosseguir com as tratativas para aprovar um texto

O principal problema de Sorocaba, e do Hospital Santa Lucinda em particular, refere-se à concessão de bolsas de estudo, que segue uma diretriz diferente do Acordo Interno dos trabalhadores de São Paulo, restringindo ainda mais o número de bolsas daqueles funcionários.

ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

17/3

Quarta-feira

14h

AUDITÓRIO 333

Acordo Interno de Trabalho Reajuste Salarial

Veja as principais diferenças entre os acordos coletivos de trabalho

Nesta página fazemos uma comparação entre o Acordo Interno de Trabalho dos Professores da PUC-SP e o Acordo Coletivo do Sinpro-SP, ressaltando as cláusulas em que nosso acordo supera o texto do sindicato dos Professores. Em caso de aplicação definitiva do acordo do Sinpro, como ocorre hoje, estaremos perdendo uma série de conquistas

Acordo Interno da PUC-SP	Acordo Coletivo do Sinpro-SP
REGIME DE TRABALHO - tempo parcial ou integral	Não especificado
CONTRATO DE TRABALHO - Prazo indeterminado, exceto casos extraordinários e não curriculares, e substituições. Não pode haver contratação como autônomos, temporários, cooperativados ou terceirizados.	Não especificado
PROFESSOR SUBSTITUTO - Não pode participar de processo de promoção na carreira, assumir chefias ou cargos de coordenação nem acumular horas administrativas. É garantido ao professor substituto todos os benefícios, gratuidades, licenças e processos de seleção de outras instituições, respeitando o tempo de trabalho.	Não especificado
ANTECIPAÇÃO SALARIAL - O salário pode ser adiantado em até R\$ 1.000,00, até o dia 20 de cada mês.	Não especificado
ADICIONAL POR ATIVIDADE EM BARUERI - Os professores terão direito a ajuda de custo no valor de uma refeição padrão e a passagem de ônibus ida e volta.	Não especificado
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - 5% a cada 5 anos no salário base, limitado a 3 quinquênios.	Não especificado
ESTABILIDADE DA DIRETORIA DA APROPUC - Durante dois anos de mandato.	Conforme CLT, apenas para diretoria do sindicato
BOLSAS DE ESTUDO - Para si, seus filhos ou dependentes, para cursos de graduação, pós-graduação e Cogeae. Até 20 horas com contrato de tempo parcial - Conforme convenção coletiva. Para professores com tempo parcial de 20 horas até tempo integral duas gratuidades concomitantes nos cursos especificados acima. Filhos de professores tempo parcial de 20 horas até tempo integral de 40 horas - duas gratuidades. Cogeae com 50% de desconto, limitadas a 20% das vagas no <i>latu sensu</i> .	Limite de 25 anos para os filhos terem direito a bolsa. Limite de duas bolsas, sendo que cada bolsista não pode usufruir de mais de uma. Em caso de demissão, as bolsas ficam garantidas até o final do período letivo. As bolsas de pós <i>scritu sensu</i> serão limitadas a no máximo 30% das vagas de cada curso. No <i>latu sensu</i> não haverá limite de vagas. As dependências serão pagas pelo bolsista.
ADICIONAL AUXÍLIO-ESCOLA - R\$ 353,50, até a criança completar sete anos, desde que o pai/mãe tenha carga horária TP 20 ou superior, todo dia 20	Não especificado
LICENÇA PARA REALIZAR OUTRAS ATIVIDADES NA UNIVERSIDADE - Quem assumir cargos de direção ou assessoria poderá retornar as atividades de origem.	Não especificado
LICENÇA ADOÇÃO - 120 dias para as professoras, inclusive quando adoção provisória.	Não especificado
LICENÇA EM CASO DE DOENÇA DE FILHOS - 30 dias	Não especificado
LICENÇA PATERNIDADE - 7 dias	5 dias
LICENÇA PARA CUMPRIMENTO DE FUNÇÃO PÚBLICA - Até 8 anos, conforme mandato.	Não especificado
DIRETORIA DA APROPUC - 40h de licença sem vencimentos.	Não especificado
COMPLEMENTAÇÃO POR ACIDENTE - 1º ao 6º mês, 100% do salário. Do 7º ao 12º mês, 50% da diferença entre o benefício previdenciário e o salário.	Segue a CLT
GARANTIA DE EMPREGO AO PROFESSOR EM VIAS DE APOSENTADORIA - Estabilidade de 36 meses, com no mínimo 5 anos de casa.	Estabilidade de 24 meses, pelo menos três anos de casa.
AVISO PRÉVIO - Acréscimo de 3 dias a cada ano de trabalho. Acréscimo de 15 dias para professores com mais de 45 anos.	Não especificado

Entenda as dúvidas mais frequentes sobre o pagamento da dívida de 2005

O QUE SIGNIFICA O REAJUSTE DE 7,66%

Em 2005 a PUC-SP em virtude de dificuldades financeiras, deixou de incorporar aos salários de cada docente o índice de reajuste decidido pelos sindicatos e Mantenedoras, equivalente a 7,66% dos salários vigentes à época. A APROPUC e a Reitoria da professora Maura Véras assinaram um acordo para pagamento parcelado desta dívida e de outra, referente a parte do índice salarial de 2004. Com o agravamento da crise, o acordo foi descumprido pela universidade. Somente em 2009 é que a dívida de 2004 foi pactuada, sendo que os docentes recebem mensalmente, num período de 36 meses, parte deste débito. Já 2005, que constitui-se no maioria débito, continua sem solução.

O MONTANTE DA DÍVIDA

518,56%

A APROPUC fez um levantamento até dezembro/2009 dos valores que deveriam ser creditados, mês a mês, nos salários dos professores. O valor acima foi corrigido pelo ICV-Dieese e deve ser aplicado aos salários vigentes em maio/2005.

QUANTO A PUC-SP DEVE A CADA DOCENTE

CATEGORIA	SALÁRIO EM 2005	TOTAL DEVIDO ATÉ DEZEMBRO/2009
Titular	9.968,03	51.690,22
Associado	8.542,36	44.297,20
Ass. Doutor	7.301,02	37.860,17
Ass. Mestre	5.224,35	27.091,39
Aux. Ensino	4.111,35	21.319,81

Nota: Os salários acima referem-se a contratos de tempo integral sem nenhum adicional

QUEM TEM DIREITO AO PAGAMENTO

Segundo a proposta apresentada pela Reitoria todos os professores que que trabalharam na PUC-SP em 2005.

O QUE SIGNIFICA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO

A dívida da universidade com seus professores tem prazo para prescrição de cinco anos, que venceria neste ano. Para que houvesse a possibilidade de continuidade das negociações, a APROPUC e o Sinpro-SP sugeriram que a PUC-SP assinasse conjuntamente com eles um termo onde todos reconhecem a interrupção da prescrição, pelo prazo de 60 dias, da discussão de eventuais direitos decorrentes da não concessão do reajuste. Assim, nos meses de março e abril as negociações poderão prosseguir, sem que haja o risco da universidade arguir sua caducidade. Dessa maneira torna-se importante a participação dos docentes na discussão para que possa se chegar rapidamente a um denominador comum.

A ÚLTIMA PROPOSTA DA PUC-SP

60%

do total da dívida pagos à vista

1%

dos 7,66% a partir de março. A Fundação ressalta que este valor será aplicado nos salários atuais, o que significaria cerca de 1,2% dos 7,66% .

O QUE OS PROFESSORES CONTRAPÕEM

Os professores aceitam negociar a dívida, porém reafirmam a intenção de verem seus salários corrigidos pela integralidade do índice de 7,66%, mesmo que divididos em parcelas concordam também com o estancamento da dívida a partir do pagamento da primeira parcela do índice.

ESCLAREÇA AS SUAS DÚVIDAS

A APROPUC está disponibilizando um serviço de esclarecimento de dúvidas através do seu site. Caso o professor ainda não estiver esclarecido entre em contato com a entidade pelo endereço eletrônico www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/reajuste-2005 e coloque as suas dúvidas.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Luta pela igualdade marca o dia internacional da mulher

Dois atos comemoraram o Dia Internacional da Mulher, um no dia 6/3, no vão do MASP, e outro no dia 8/3, que iniciou na Praça do Patriarca (batizado pelo movimento feminista de Praça da Matriarca) e seguiu pelas ruas do centro de São Paulo. Segundo Luana Amorim, organizadora do Oito de Março, que também esteve presente no ato do dia 6/3, "os dois atos, apesar de terem eixos diferentes, não competiram pelo Dia Internacional. Foram em datas distintas e ambos foram vitoriosos pautando a luta da mulher numa perspectiva classista".

As principais diferenças entre as marchas dizem respeito ao eixo central da luta das mulheres. As organizadoras da marcha do Seis de Março acreditam que as principais pautas devem ser a questão da falta de creches, licença maternidade e, principalmente, a retirada imediata das tropas do Brasil do Haiti. Já as organizadoras da passeata do Oito de Março acreditam que os eixos centrais devam ser a questão da autonomia do corpo da mulher, igualdade entre os gêneros e, especificamente neste ano, a comemoração dos 100 anos do Dia Internacional da Mulher.

Além das divergências apresentadas, as organizadoras do Seis temiam que o Oito de Março se tornasse palanque eleitoral para a candidata do PT à presidência, Dilma Rousseff. Houve, no entanto, um acordo entre as forças políticas que organizam o ato

de que não poderia ocorrer nenhuma manifestação sobre questões eleitorais, por esse ser um ponto que impediria a unidade.

Em ambas as marchas foi colocada a necessidade de o movimento feminista ser classista, pois a superação do machismo só ocorrerá com a construção de outro tipo de sociedade baseada na luta das(os) trabalhadoras(as).

ACORDO BRASIL VATICANO

Durante o ato Oito de Março, diversas representantes dos movimentos sociais se posicionaram contra o acordo assinado entre Brasil e Vaticano que prevê, entre outras coisas, o ensino de religião nas escolas. Isso ataca o princípio laico do Estado brasileiro, previsto em sua constituição.

A estudante de Jornalismo da PUC-SP Bárbara Guimarães, representante da Enecos (Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social) e do Centro Acadêmico Benevides Paixão, mostrou a preocupação com o acordo e reivindicou uma educação laica, gratuita e de qualidade para todos. "O ensino deve ser laico e público. Ninguém tem que ser obrigado a aprender a doutrina da Igreja Católica que ensina que aborto é 'errado' Esse acordo representa um gigantesco retrocesso na história do Brasil", afirmou.



No centro de São Paulo, movimento feminista apresenta suas reivindicações no Dia Internacional da Mulher

ABORTO

"Se o papa fosse mulher o aborto seria legal. Seria legal e seguro!". Essa foi uma das músicas cantadas nas ruas do centro da cidade, evidenciando a forte opressão de gênero exercida pela Igreja Católica, que é contra o aborto.

A estudante de Ciências Sociais da USP, Roberta Soares, lembrou que o governo nada fez em seus oito anos de gestão com relação ao aborto. "O presidente Lula não avançou um milímetro na discussão sobre a legalização do aborto, pelo contrário assinou um acordo com o Vaticano retrocedendo na luta das mulheres pelo direito ao próprio corpo", afirmou.

SITUAÇÃO DAS PRESAS

A questão das mulheres presas foi mencionada por Maria Amélia de Almeida Teles, do Coletivo Feminista Dandara, que falou sobre as péssimas condições a que estas mulheres estão submetidas. "O movimento feminista não pode esquecer as encarceradas que sofrem muita opressão e que são companheiras de luta do movimento feminista", disse.

A última fala do dia foi de Soninha Coelho, representante da Marcha Mundial de Mulheres, que organizou a marcha de Campinas a São Paulo (leia mais na página 7). Em sua fala, enfatizou que ainda há muito que lutar por uma sociedade sem machismo.

Mulheres da Via Campesina realizam Ação no 8 de março

Para comemorar os 100 anos da criação do Dia Internacional da Mulher, as mulheres da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) organizaram a *Jornada de Luta contra o Agronegócio e contra a Violência: por Reforma Agrária e Soberania Alimentar*. No dia 8/3, foram realizados atos em 15 estados do Brasil. As atividades fizeram parte do calendário da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial de Mulheres.

No Estado de São Paulo foi realizada uma marcha de Campinas a São Paulo que teve quatro eixos de debate: a autonomia econômica das mulheres; bens comuns e serviços públicos; paz e desmilitarização; e violência contra as mulheres. Também foi realizada coleta de contribuições para o movimento feminista do Haiti.

Além disso, 150 mulheres ocuparam a sede do INCRA, em Araraquara, interior do estado. Elas reivindicavam a descriminalização dos militantes, pre-

tos após a ocupação das fazendas da Cutrale. Em seguida, as mulheres marcharam em direção à empresa e denunciaram a grilagem de terras da região.

Nos outros estados, a mobilização também denunciou crimes do agronegócio, como grilagem, danos à natureza, saúde pública e superexploração do trabalho.

FORÇA E MOBILIZAÇÃO

Na Internet, a Via Campesina disponibilizou na página do MST (www.mst.org.br), um especial, com textos e notícias de sua Jornada. O especial esclarece a população sobre o motivo dos protestos e a atual situação da luta pela Reforma Agrária.

"Não nos subordinaremos a este modelo capitalista e patriarcal de sociedade, concentrador de poder, de terras e de riquezas. Estamos mobilizadas para enfrentar a crise política, econômica, social e ambiental,

criada pelas elites que controlam o Estado brasileiro: o capital financeiro internacional e as empresas transnacionais", diz o texto.

Em seguida, as mulheres apresentam o modelo de produção que defendem para o campo. "Estamos mobilizadas para defender a agroecologia, a biodiversidade, a agricultura camponesa cooperada, a produção de alimentos saudáveis, a Reforma Agrária, os direitos previdenciários, a saúde e educação gratuita e de qualidade para todos. Para defender a terra, a água, as sementes, a energia e o petróleo como bens da natureza a serviço dos seres humanos".

APOIO DA APROPUC

A APROPUC manifestou seu apoio ao movimento, bem como colaborou financeiramente com sua realização, por entender que ele reflete a luta das mulheres brasileiras e de todos os explorados por uma vida mais digna.

Senador do DEM afirma que negro foi conivente com a escravidão

O Senador Demóstenes Torres (DEM), Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania do Senado, deu declarações de extremo racismo ao analisar o recurso instituído pelo seu partido contra as cotas para negros na universidade de Brasília, no dia 3/3, em Audiência Pública no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na ocasião, ele afirmou que as mulheres negras não foram vítimas de abusos sexuais, mas sim coniventes com a violência. Ele ainda afirmou que os negros também deveriam ser culpados pela escravidão.

O racismo do Senador não atinge apenas a sua visão histórica do mundo, mas também a atual conjuntura do país. Ele acredita que as mulheres negras exageram e se "vitimizam" quando afirmam que sofrem maus tratos e são discriminadas pela saúde pública e que as pesquisas na área são "duvidáveis".

FOLHA REFORÇA ARGUMENTO

Dois jornalistas da Folha de S. Paulo, Laura Capriglione e Lucas Ferraz, acusaram o posicionamento do Senador na matéria "DEM responsabiliza negros pela escravidão", publicada no dia 4/3. Porém, no dia 9/3, o mesmo jornal publicou a coluna de Demétrio Magnoli, ("O jornalismo delinquente"), na qual o colunista ataca o texto dos jornalistas da Folha e a pesquisa do historiador Luiz Felipe Alencastro.

Magnoli reforça o argumento do Senador dizendo que "Demóstenes Torres disse o que está nos registros históricos".

Estudantes da Unicamp denunciam perseguição

Os estudantes da Unicamp estão denunciando a abertura de 15 processos de sindicância, impostos pela Reitoria e Ministério Público, contra estudantes responsabilizados pela organização de festas em repúblicas. Segundo o Diretório Central de Estudantes (DCE) da Unicamp, os ataques estão sendo feitos contra membros de Centros

Acadêmicos, o que caracteriza perseguição política.

Em nota, o DCE publicou sua opinião: "No dia 5/3, descobriu-se que pelo menos 15 alunos já estão respondendo processo de sindicância, impositivamente colocados pela Reitoria como organizadores dos eventos. Esses estudantes são intimados a comparecer na Procurado-

ria Geral da Unicamp e têm pouquíssimo tempo para se defenderem contra acusações pelas quais sequer são responsáveis. Não podemos aceitar que nossos colegas e entidades sejam punidos por atividades culturais organizadas em espaços públicos! Nem que a AMOC ou o MP ditem o que pode ou não ser feito no campus".

ROLA NA RAMPA

Reintegração de professores

A redação do **Puc Viva** recebeu a informação de que mais um professor demitido em 2006 conquistou o direito de voltar a lecionar na PUC-SP. O professor Rivadavia Pereira Gomes Filho da FEA já está lecionando na universidade. Ele se junta a outros professores como Rui do

Espírito Santo (Pedagogia) e Willys Guerra (Pós em Direito), que também conquistaram na justiça o direito de voltar para a PUC-SP. Essa é mais uma conquista dos docentes com relação à demissão em massa de 2006, na qual mais de 500 professores foram mandados embora.

Pós em Ciências Sociais e Serviço Social promovem aula inaugural

O professor Serge Paugam da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris participa no dia 16/3, às 19h30, da aula inaugural *Rupturas sociais e mal-estar nas metrópoles contemporâneas*. Estudo da arte e

análise teórica, promovida pela Faculdade de Ciências Sociais e pelos programas de Pós em Ciências Sociais e em Serviço Social. O evento acontece no auditório 333. Haverá tradução simultânea da aula.

Museu da Cultura exhibe documentário

No dia 16/3, o Museu da Cultura promove a exibição do documentário *Yvi Rupa: descoberta da América na Visão dos*

Guarani, às 19h30. Em seguida haverá debate sobre o filme. Maiores informações pelo telefone 3670-8331.

Semana das Mulheres na USP

Entre os dias 15 e 19/3 o CEUPS (Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais) realizará uma semana dedicada à discussão sobre mulheres. As atividades, que ocorrerão entre as 17h30 e 19h30, debaterão os seguintes te-

mas: A construção social do gênero, machismo na universidade, mulheres e movimentos sociais. No dia 18/3 ocorrerá uma plenária de organização e no dia 19/3 ocorrerá atividade cultural seguida da festa de encerramento.

Rede PUC tem nova página virtual

A Rede PUC está com uma nova página virtual no endereço www.pucsp.br/redepuc. O internauta poderá ver boa parte do con-

teúdo recente da emissora interna da universidade, com todo e seu conteúdo recheado de inovação audiovisual e informação. Acesse!

Eleições na APROPUC: Professor, regularize sua situação

2010 é ano eleitoral na Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC). De acordo com o estatuto da entidade, no art. 9º, para poder votar é preciso ter no mínimo 90 dias corridos de filiação à associação antes do tér-

mino da gestão. A atual gestão completará seus trabalhos no dia 26/6. Por isso, os professores interessados em votar ou concorrer na eleição, devem regularizar sua situação à APROPUC até o dia 26/3.

Congresso de Jornalismo Cultural no Tuca

Entre os dias 3 e 6/5, será realizado o II Congresso de Jornalismo Cultural da Revista Cult, no Tuca. O evento reunirá mais de 70 palestrantes entre jornalistas, artistas e pesquisadores. Os professores do Departamento de Jornalismo, Urbano Nobre e Jose Arbex Jr. ministrarão palestras. Também haverá apresentação de trabalhos do curso de jornalismo da PUC-SP. Para os interessados, o custo é de R\$510, estudantes pagam R\$ 433,00. Estudantes da PUC-SP têm 50% de desconto e pagam R\$ 255,00. Mais informações no site www.revistacult.com.br/congresso.

Faculdade de Educação na Virada da Saúde

A Faculdade de Educação distribuiu uma nota sobre a sua participação na Virada da Saúde, confira: "Estudantes de graduação, pós-graduação e professores do Curso de Fonoaudiologia participaram da Virada da Saúde no dia 27/2 no Parque do Ibirapuera. O evento congregou os Conselhos Regionais dos Profissionais da Área da Saúde de São Paulo, em repúdio ao Ato Médico e disponibilizou à população serviços de saúde. A Fonoaudiologia da PUC-SP contribuiu com Oficinas de Libras e de Contação de Histórias além de atividades de Voz".

Dança contemporânea tem Encontros no Tuca

Em 2010, será realizado o projeto *Encontros de Dança*, com curadoria de Christine Greiner e Vanessa Lopes. O evento consiste em uma série de encontros com Cia. De dança, que trarão convidados para o debate com o público. O objetivo do projeto é apresentar e formar o público para dança contemporânea. A primeira ativi-

dade será realizada no dia 30/3, no Tucarena, às 20h. *Imanências - contraste de uma realidade externa*, de Isabela de Santana, que ganhou o Prêmio Funarte de Dana Klaus Vianna 2008.

As atividades vão até maio e são gratuitas. Para conferir a programação completa acesse o site www.teatrotuca.com.br.